

# ESTUDOS DE ATRATIVIDADE FÍSICA FACIAL EM EDUCAÇÃO ESPECIAL

Sadao Omote\*

As deficiências vêm sendo estudadas tradicionalmente como sendo atributos da pessoa deficiente, como alguma coisa que está presente no organismo ou no comportamento dela e ausente no de pessoa não deficiente. Nos últimos anos, entretanto, vêm avolumando-se discussões sobre a necessidade de se olhar não só para a pessoa deficiente mas também para as circunstâncias nas quais ela é identificada e tratada como deficiente. Alguns trabalhos apresentados e as discussões ocorridas nos Ciclos de Estudo sobre Deficiência Mental, bem como algumas Dissertações defendidas no Programa de Pós-Graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos mostram essas mudanças que vêm ocorrendo no pensamento dos estudiosos das deficiências.

Na medida em que aprendemos a olhar também para as pessoas que identificam e tratam determinados indivíduos como sendo deficientes, surgem muitos temas interessantes para discussão e estudo. Mesmo os antigos temas passam a exigir um exame sob uma outra ótica. Um desses temas que passa a ter importância particularmente grande se refere aos processos de percepção e julgamento das pessoas acerca das deficiências e dos deficientes. As diferenças que algumas pessoas possuem em relação à maioria, sejam no físico sejam no comportamento, adquirem o sentido de deficiência ou não, dependendo, em última instância, da perspectiva através da qual tais diferenças são avaliadas.

Temos estudado alguns aspectos desses processos de percepção e julgamento, incluindo reações de mães deficientes (1980), influência do rótulo estigmatizante sobre a percepção de emoções (1983), estereótipos a respeito de pessoas deficientes (1984, 1990/1991 e 1991a) e a importância da atratividade física facial no julgamento de competências. Nesta comunicação, apresentaremos alguns resultados dos estudos de que nos temos ocupado nos últimos anos, procurando tratar o tema da atratividade física facial no contexto da Educação Especial.

\* Universidade Estadual Paulista - Campus de Marília.

O tema da aparência física e particularmente da atratividade física facial passou a chamar a nossa atenção, quando refletimos sobre alguns comentários frequentes acerca dos deficientes e sobre alguns comportamentos adotados por profissionais ou responsáveis em relação aos deficientes. Por exemplo, muitas pessoas manifestam comentários no sentido de que está visível a deficiência de alguém, mesmo quando se trata de alguma deficiência que não é imediatamente evidente. Esses comentários frequentemente apontam a visibilidade da deficiência na face da pessoa. Algumas pessoas ficam perplexas, quando encontram algum deficiente que não tenha nenhuma aparência de deformidade ou mutilação, nem de feiúra. Na educação de alguns deficientes, especialmente os deficientes mentais, pode existir uma negligência quase propositada em relação aos cuidados com a aparência física. Mesmo as pessoas com acentuada deformidade física parecem preferir as roupas feitas para o físico normal às roupas feitas sob medida.

Na literatura especializada, podem ser encontrados alguns interessantes estudos acerca da influência da aparência física sobre julgamentos e relações interpessoais. O modo de a pessoa vestir-se pode influenciar a percepção que se tem acerca dela (Steffensmeier e Terry; 1973; Santos, Conceição, Rosa, Lemos, Mazzio, Abreu e Otta, 1992). A utilização de adereços (como brinco, colar e maquiagem) também pode influenciar a impressão formada a respeito da pessoa (Otta, Petri, Miranda, Souza, Hotimsky, Valero, Gola, Rubin e Silva, 1989).

Nos estudos sobre a aparência, é a face que tem merecido realmente uma atenção muito especial, desde a Antigüidade, com Aristóteles, até os dias atuais. Por longos séculos, o estudo da face, a fisionomia, não passou de uma pseudociência, principalmente por supor a existência de conexão entre as características estruturais da face, essencialmente inalteráveis, e o caráter da pessoa. Os estudiosos da face estão hoje interessados principalmente nas características passageiras da face, como aquelas que expressam estados subjetivos, o tamanho da pupila ou da direção do olhar. Além disso, o interesse recai também sobre o que as pessoas pensam que o rosto revela. A sólida fundamentação científica com que a face vem sendo estudada nos últimos anos parece sepultar definitivamente a fisionomia e criar a "Ciência da Face", conforme ponderou Brandt (1980).

De diferentes aspectos da face humana, o nosso interesse recaiu sobre a atratividade física facial (AFF), pois parece existir, na mente das pessoas, uma estreita associação entre a beleza física, principalmente da face, e as mais variadas capacidades e competências.

Procurando desenvolver um projeto amplo e a longo prazo sobre o papel da atratividade física facial na percepção e relações interpessoais no contexto da Educação Especial, realizamos, inicialmente, um estudo para estabelecer um

procedimento de avaliação da AFF de crianças em idade escolar (1991b). Num outro estudo, procuramos evidenciar a existência, nas condições de desenvolvimento do projeto, dos efeitos da AFF sobre a percepção interpessoal, verificando inclusive a eficácia das fotografias, selecionadas a partir de tal procedimento, como estímulos a serem utilizados em estudos posteriores (1991c).

Estabelecido o procedimento de avaliação da AFF e demonstrada a ocorrência do fenômeno sob estudo e a eficácia dos estímulos utilizados, foram iniciadas investigações sobre vários aspectos da AFF que podem estar presentes como importantes variáveis na relação e percepção interpessoal entre o deficiente e o não deficiente. Foi estudada inicialmente a questão da estabilidade temporal e generalidade do fenômeno da percepção da AFF, realizando, para tanto, investigações sobre fidedignidade intra-sujeito, fidedignidade intragrupo e fidedignidade intergrupo. Esses estudos foram seguidos de outros com a finalidade de elucidar a relação entre a AFF e a percepção das deficiências, e a relação entre a AFF e o prognóstico (1992). Os achados principais desses estudos são relatados a seguir.

Em continuidade ao projeto inicial, estão sendo desenvolvidos, no momento, estudos sobre os critérios de julgamento da AFF, os efeitos da rotulação da criança sobre a avaliação da AFF e as conseqüências da manipulação da AFF sobre a autopercepção da criança deficiente e sobre o reconhecimento da sua deficiência.

## **ESTUDOS DE FIDEDIGNIDADE NA PERCEPÇÃO DA AFF**

Uma importante questão inicial diz respeito à estabilidade do fenômeno da percepção e avaliação da AFF. Duas questões fundamentais se colocam aqui: uma se refere à estabilidade temporal do fenômeno e a outra se refere à generalidade do fenômeno. Para responder a essas questões, foram realizados estudos sobre a fidedignidade intra-sujeito e fidedignidade intragrupo e sobre a fidedignidade intergrupo, respectivamente.

Utilizando o procedimento delineado anteriormente (Omote, 1991b), um grupo de estudantes de Pedagogia realizou a tarefa de avaliar a AFF de 69 fotografias de meninos e 61 de meninas. A tarefa consistia em classificar as fotografias de meninos e as de meninas, separadamente, em 5 grupos, de acordo com o grau de atratividade da face dessas crianças, desde o de crianças mais bonitas até o de crianças menos bonitas.

Para poder estudar a fidedignidade intragrupo e fidedignidade intra-sujeito, o mesmo grupo voltou a realizar a mesma tarefa 10 meses após a primeira avaliação de AFF daquelas fotografias. A comparação das avaliações de AFF, feitas em duas ocasiões, das mesmas fotografias de meninos e de meninas forneceu os indicadores para a fidedignidade intragrupo e fidedignidade intra-sujeito.

A partir da classificação feita pelos sujeitos, foi calculada nota média para cada fotografia. Na realidade, eram duas notas médias para cada fotografia, correspondendo à primeira avaliação e a outra, à segunda avaliação. Comparando esses dois conjuntos de notas médias, através da correlação de Spearman, foram encontrados coeficientes altamente significantes tanto para as fotografias de meninos quanto para as de meninas ( $p < 0,001$ ), mostrando que a ordem em que se colocam essas fotografias, de acordo com as notas médias de AFF, não varia significativamente da primeira para a segunda avaliação. Isto mostra a estabilidade temporal da avaliação da AFF para esse grupo de sujeitos.

Além de verificar a estabilidade temporal do fenômeno da percepção e avaliação da AFF para o grupo de sujeitos, procedeu-se a uma outra análise para verificar se houve também a fidedignidade intra-sujeito aceitável. Para isso, a nota de AFF atribuída a cada fotografia, na primeira avaliação, por um sujeito, foi comparada com a nota de AFF da segunda avaliação, atribuída à mesma fotografia pelo mesmo sujeito.

A partir dessa comparação, foram identificadas, para cada sujeito, as freqüências com que ocorreram concordância e discordância entre a nota da primeira e a da segunda avaliação. As discordâncias variam em grau de desacordo entre a nota da primeira avaliação e a da segunda avaliação. A diferença entre essas duas notas pode ser de 1, 2, 3 ou 4.

Como a diferença 1 significa que entre a primeira e a segunda avaliação houve uma discrepância mínima, foram consideradas como tendo concordância aceitável as avaliações onde a diferença entre as notas foi de apenas 1. Foram, portanto, reunidas as freqüências com que ocorreu coincidência nas notas e as freqüências com que ocorreu essa diferença 1, resultando na freqüência de concordância aceitável de cada sujeito.

O resultado dessa análise mostra que, para as fotografias de meninos, as porcentagens de concordância aceitável variaram de 59,42% a 95,65%. A porcentagem média de concordância aceitável do grupo foi de 80,72%. Para as fotografias de meninas também foi encontrado resultado semelhante. As porcentagens de concordância aceitável variaram de 55,74% a 98,36%. A porcentagem média de concordância aceitável do grupo foi de 80,00%. Pode-se

considerar, portanto, que existe uma fidedignidade intra-sujeito aceitável, isto é, o fenômeno da percepção e avaliação da AFF apresenta a necessária estabilidade temporal também ao nível individual de cada um dos sujeitos.

Uma outra questão que havia sido levantada diz respeito à generalidade do fenômeno da percepção e avaliação da AFF. Para estudar esse problema, a mesma tarefa de avaliação da AFF de 69 fotografias de meninos e 61 fotografias de meninas, realizada pelo grupo de estudantes de Pedagogia, foi executada por dois outros grupos de sujeitos. Era um grupo de estudantes de Biblioteconomia e um grupo de alunos de um Curso Supletivo noturno. Esses três grupos de sujeitos serão referidos por grupo P, grupo B e grupo S, respectivamente.

O passo seguinte consistiu em comparar três conjuntos de notas médias de AFF, correspondentes aos três grupos de sujeitos. Essa comparação também foi feita através da correlação de Spearman. Na comparação entre as notas de AFF dos grupos P e B, grupos P e S, e grupos B e S, foram encontrados coeficientes altamente significantes tanto para as fotografias de meninos quanto para as de meninas ( $p < 0,001$ ).

O resultado da análise permite concluir que a ordem em que se colocam as fotografias de meninos e as de meninas, de acordo com as notas médias de AFF, não difere significativamente de um grupo de juízes para outro. Com isso, pode-se sugerir que existe uma fidedignidade intergrupo aceitável na percepção e avaliação da atratividade física facial, isto é, o fenômeno sob estudo apresenta generalidade aceitável, pelo menos entre esses três grupos de sujeitos.

Os estudos de fidedignidade na percepção de AFF serviram para mostrar que esse fenômeno tem estabilidade temporal e generalidade suficiente para permitir a continuidade das investigações nessa área.

## **EFEITOS DA AFF SOBRE JULGAMENTOS**

A atratividade física facial de uma pessoa influencia o julgamento que os outros fazem do comportamento ou competência dela. Em situação escolar, na relação entre o professor e o aluno, também têm sido evidenciados diferentes efeitos da AFF do aluno sobre o julgamento de suas competências feito pelo professor. De um modo geral, pode-se concluir, a partir dos estudos realizados por alguns autores, que a AFF do aluno pode influenciar a decisão de encaminhá-lo para classe especial (Ross e Salvia, 1975; Elovitz e Salvia, 1982).

Considerando que parece existir, na interpretação das pessoas, uma estreita associação entre a baixa AFF e pouca competência, foi realizado um estudo com estudantes de Pedagogia, para verificar o efeito da AFF sobre a percepção de deficiências na criança. Foram utilizados como estímulos 30 fotografias que haviam sido selecionadas, através dos procedimentos de avaliação da AFF, delineado anteriormente (Omote, 1991b). Dessas fotografias, 15 eram de meninos e 15 de meninas. Dentre as 15 fotografias de crianças de cada sexo, 5 haviam sido avaliadas como tendo atratividade alta (fotografias AA), 5 avaliadas como tendo atratividade moderada (fotografias AM) e 5 avaliadas como tendo atratividade baixa (fotografias AB). A eficácia dessas fotografias como estímulo para apresentar faces com 3 graus distintos de AFF havia sido testada em um outro estudo (Omote, 1991c).

Os sujeitos realizaram a tarefa de identificar, dentre 3 fotografias de crianças, sendo uma de cada nível de AFF, aquela que correspondia à criança descrita num parágrafo. Essa descrição caracterizava uma criança como sendo deficiente mental ou deficiente auditiva ou deficiente física ou normal. Cada sujeito recebeu uma descrição acompanhada de 3 fotografias de meninos ou de meninas. Terminada essa tarefa, recebeu uma outra descrição acompanhada de 3 fotografias de crianças do outro sexo para identificar aquela que correspondia à criança da descrição.

Os resultados encontrados mostram que nas três condições de descrição da criança como deficiente, a escolha dos sujeitos recaiu significativamente mais sobre as fotografias AB ( $p < 0,02$ ). Na condição de descrição da criança como normal, as escolhas dos sujeitos recaíram mais freqüentemente sobre as fotografias AA, mas a diferença não chega a ser significativa ( $p > 0,05$ ).

Esses resultados mostram que a AFF da criança pode influenciar a percepção da deficiência nela. As pessoas parecem fazer associação entre a baixa atratividade e a deficiência. Esses resultados encontram apoio nos estudos de Clifford e Walster (1973) e Kenealy, Frude e Shaw (1988), que mostram a existência de forte associação entre a baixa atratividade física facial e menor competência intelectual, acadêmica e social, segundo a percepção das pessoas.

Quando os sujeitos escolheram a fotografia que correspondia, segundo à sua percepção, à criança da descrição, anotaram também os indicadores em que se basearam para fazer essa escolha. Os diversos indicadores foram agrupados em três categorias: estados subjetivos, traços físicos e outros indicadores. A grande maioria desses indicadores referiam-se a algum estado subjetivo ou a algum traço físico da face e poucos indicadores se referiam a outros eventos tais como a condição sócio-econômica da criança, instituição, etc.

Procedendo à competente análise estatística, concluiu-se que esses três tipos de indicadores não foram utilizados igualmente na identificação da criança descrita como deficiente mental, deficiente auditiva, deficiente física ou normal. Na realidade, os indicadores foram utilizados em proporções semelhantes na identificação da criança deficiente auditiva, deficiente física e normal. É na identificação da criança descrita como deficiente mental que houve diferença significativa na utilização desses indicadores, comparativamente à identificação da criança nas demais três condições ( $p < 0,01$ )

Um exame atento mostrou que, na identificação da criança descrita como deficiente mental, os indicadores relativos a estados subjetivos foram significativamente menos utilizados e aqueles relativos a traços físicos foram significativamente mais utilizados, comparativamente à identificação da criança nas demais condições de descrição. Esse resultado parece corresponder aos comentários freqüentemente feitos de que "o deficiente mental não sente". Se as pessoas acham que "o deficiente mental não sente", parece que não se pode basear em estados subjetivos para a sua identificação. Por outro lado, ainda com relação ao deficiente mental, muitas vezes, as pessoas apontam que "a deficiência está na cara". Na investigação realizada por Schneider (1974), houve referência, por parte dos professores que levantaram suspeita de deficiência mental em relação a algum aluno, a alguns traços físicos como sendo evidências dessa deficiência.

Em síntese, talvez a deficiência mental, diferentemente da deficiência auditiva e deficiência física, seja reconhecida através de traços físicos da face e não tanto através da inferência de estados subjetivos. Por outro lado, no reconhecimento da deficiência auditiva e da deficiência física, os estados subjetivos parecem desempenhar papel importante, não diferindo, neste particular, do reconhecimento de criança normal.

Muitos desses indicadores em que os sujeitos se basearam para identificar a criança da descrição referiam-se a alguma parte da face. As partes referidas eram a face de um modo global, os olhos em particular e outras partes específicas como os ombros, cabeça, boca, etc.

Procedendo à competente análise estatística, verificou-se que havia uma diferença significativa entre a freqüência com que essas partes foram referidas na identificação da criança nas três condições de descrição como deficiente e a freqüência com que foram referidas na identificação da criança descrita como normal ( $p < 0,01$ ). Uma análise minuciosa mostrou que na identificação da criança descrita como normal, os olhos foram referidos significativamente mais vezes que na identificação da criança descrita como deficiente mental, deficiente auditiva ou deficiente física.

Em síntese, no reconhecimento da criança normal, os olhos parecem desempenhar um papel mais importante do que no reconhecimento das deficiências. A normalidade de uma pessoa é reconhecida principalmente através dos olhos dela? Evidentemente, muitas outras pesquisas precisam ser realizadas para poder responder a essa questão.

Diversos estudos relatados na literatura especializada e os resultados encontrados por nós evidenciam que, de fato, as pessoas parecem estabelecer forte associação entre a baixa AFF e as deficiências. Entretanto, na vida cotidiana, essas pessoas se defrontam com situações em que essa associação precisa ser quebrada, quando encontram alguma criança deficiente com alta AFF. Demonstram, em tais circunstâncias, certa perplexidade e incredulidade, mas muitas vezes a evidência da deficiência é irrecusável, apesar da alta atratividade da criança, como pode ocorrer com algumas crianças com paralisia cerebral.

Uma questão que surge, nessas circunstâncias, diz respeito a modos de solução dessa incongruência adotados por essas pessoas. Uma solução que pode ser adotada é, aparentemente, a de atribuir ao deficiente com alta AFF alguma competência maior que ao deficiente com baixa AFF. Uma dessas competências pode ser a capacidade de tirar proveito dos serviços especiais.

Com base nessas ponderações, foi realizado um outro estudo com o propósito de verificar se existe alguma relação, na percepção das pessoas, entre a AFF de uma criança e a previsão de resultados de atendimento especializado a que é submetida. Foi utilizado um grupo de estudantes de Educação Especial e de Fonoaudiologia. Os sujeitos receberam 3 fotografias de crianças do mesmo sexo, com a informação de que todas elas sofriam uma perda auditiva e, em decorrência disso, de alterações expressivas na fala; estavam, assim, sendo atendidas em Fonoaudiologia. Os sujeitos foram solicitados a identificar, dentre as 3 crianças, aquela que obteria melhor progresso no tratamento fonoaudiológico. Terminada essa tarefa, cada sujeito recebeu um outro conjunto de 3 fotografias, agora de crianças do sexo oposto, para realizar a mesma tarefa. Esses conjuntos eram constituídos de uma fotografia AA, uma fotografia Am e uma fotografia AB.

A análise dos resultados revelou que a escolha da criança que, segundo a percepção desses sujeitos, obteria o melhor progresso no tratamento fonoaudiológico não recaiu igualmente sobre as fotografias de diferentes níveis de AFF, tanto para as fotografias de meninos quanto para as de meninas ( $p < 0,01$ ). O resultado indicou a existência de uma estreita associação, na percepção desses sujeitos, entre a AFF e a capacidade de tirar bom proveito do atendimento especializado, sugerindo que as crianças mais atraentes teriam melhor prognóstico que as menos atraentes.

Os achados dos estudos realizados até agora mostram que a atratividade física facial é um importante fenômeno a ser estudado cientificamente. A atratividade física facial pode estar desempenhando um papel particularmente crítico na Educação. Especial, desde a suspeita inicial de deficiência num aluno até o tratamento distintivo efetivamente ministrado a ele, após a confirmação da sua deficiência. Na trajetória a ser percorrida por esse aluno, em diferentes momentos, como na avaliação e na prescrição de serviços especiais, a AFF dele pode influenciar a decisão dos profissionais envolvidos. Por esta razão, é importante concluir que é necessário incluir discussão sobre temas dessa natureza na formação de recursos humanos especializados na área da Educação Especial.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRANDT, A. (1980) Face reading: The persistence of physiognomy. *Psychology Today*, 14:90-96.
- CLIFFORD, M. M. e WALSTER, E. (1973) The effect of physical attractiveness on teacher expectations. *Sociology of Education*, 46:248-258.
- ELOVITZ, G. P. e SALVIA, J. (1982) Attractiveness as a biasing factors in the judgement of school psychologists. *Journal of School Psychology*, 20:239-345.
- KENEALY, P.; FRUDE, N. e SHAW, W. (1988) Influence of children's physical attractiveness on teacher expectation. *Journal of Social Psychology*, 128:373-383.
- OMOTE, S. (1980) **Reações de mães de deficientes mentais ao reconhecimento da condição dos filhos afetados: um estudo psicológico.** DISSERTAÇÃO de Mestrado. São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.
- OMOTE, S. (1983) Efeitos de um rótulo verbal estigmatizante sobre a percepção de emoções. *Revista Marco*, 4(4): 89-103.
- OMOTE, S. (1984) **Estereótipos de estudantes universitários em relação a diferentes categorias de pessoas deficientes.** TESE de Doutorado. São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.
- OMOTE, S. (1990/1991) Reconhecimento de estereótipos a respeito de pessoas deficientes. *Didática*, 26/27:139-147.

- OMOTE, S. e MORAES, A. B. A. (1991a) Estereótipos de estudantes de Odontologia acerca de deficientes. *Comunicações Científicas em Psicologia*, 1:45.
- OMOTE, S. (1991b) Avaliação de atratividade física facial: delineamento de um procedimento. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 7:285-294.
- OMOTE, S. (1991c) Efeitos de atratividade física facial de crianças sobre a percepção de outras qualidades delas. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 7:295-302.
- OMOTE, S. (1992) Atratividade física facial: percepção e efeitos sobre julgamentos. TESE de Livre-Docência. Marília: Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista, Campus de Marília.
- OTTA, E.; PETRI, R.; MIRANDA, H.; SOUZA, R.; HOTIMSKY, K.; VALERO, P.; GOLA, N.; RUBIN, D. e SILVA, D. (1989) Influência de adereços na formação de primeiras impressões. *Revista Brasileira de Pesquisa em Psicologia*, 1:47-49.
- ROSS, M. B. e SALVIA, J. (1975) Attractiveness as a biasing factor in teacher judgements. *American Journal of Mental Deficiency*, 80:96-98.
- SANTOS, A.; CONCEIÇÃO, L.; ROSA, S.; LEMOS, C.; MAZZIO, S.; ABREU, A. e OTTA, E. (1992) Influência do tipo de vestimenta na formação de primeiras impressões e na reação à aproximação de um estranho. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 8:79-88.
- SCHNEIDER, D. (1974) Alunos excepcionais: um estudo de caso de desvio. Em G. VELHO (Org.) *Desvio e divergência: uma crítica da patologia social*. Rio de Janeiro: Zahar Editores. p.52-81.
- STEFFENSMEIER, D. J. e TERRY, R. M. (1973) Deviance and respectability: an observational study of reaction to shoplifting. *Social Forces*, 51:417-426.